2050
É AGORA

Comunicado Conjunto sobre Estratégias Climáticas de Longo Prazo (LTS) para informar ações alinhadas ao aumento de 1,5º C na temperatura global

Outubro de 2025

2050 is Now (2050 é Agora) é um consórcio internacional de parceiros que combinam experiência local e alcance global para promover a tomada de decisão, elaboração e gestão de políticas e planejamento para países desenvolverem e atualizarem suas Estratégias de Desenvolvimento de Longo Prazo de Baixas Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), também conhecidas como LTS.

Introdução

2025 é um ano fundamental para a ação climática. Com os impactos climáticos se intensificando globalmente e o aumento de temperatura superando 1,5 °C em 2024, estamos na metade da "década decisiva" para reduzir o aquecimento global. 2025 também marca o 10.º aniversário do Acordo de Paris, um momento crítico para avaliar o progresso, preencher lacunas e acelerar a implementação. Neste ano, espera-se que os países enviem novas e atualizadas contribuições nacionalmente determinadas (nationally determined contributions, NDCs) que reflitam a maior ambição possível dos países, alinhadas com responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades.[1]

As NDCs devem estar alinhadas com as LTS[2] e com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C,[3] bem como responder aos resultados do primeiro Balanço Global (Global Stocktake).[4] Essas NDCs estabelecerão metas de redução de emissões até 2035, o ponto intermediário entre o momento em que a maioria dos países começou a implementar suas NDCs em 2020 e quando muitos se comprometeram a alcançar emissões líquidas zero até 2050. Isso faz com que as NDCs sejam essenciais para alinhar compromissos de curto prazo com metas de longo prazo.

Ao mesmo tempo, 2025 traz tensões geopolíticas mais elevadas que ameaçam paralisar a ação climática coletiva. É nesse contexto desafiador que o Brasil está avançando como anfitrião da COP30, com a responsabilidade e a oportunidade de reconstruir a confiança, impulsionar o consenso e acelerar a implementação dos compromissos globais. Como especialistas em planejamento de longo prazo, os membros do consórcio "2050 é Agora" acreditam que neste momento central, as LTS são mais importantes do que nunca para garantir que a ação climática nacional esteja alinhada com as metas do Acordo de Paris.

Onde estamos agora: progresso e perigo

2024 foi oficialmente o ano mais quente registrado, com uma temperatura média global de 1,55 °C (2,79 °F) acima dos níveis pré-industriais, superando, em um único ano, o objetivo crucial do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura em 1,5 °C. A Atualização Climática Decenal da OMM indica que a média de aquecimento para os próximos anos (2025 a 2029) provavelmente estará acima de 1,5 °C. Com os impactos climáticos cada vez maiores, isso tem e continuará a ter consequências devastadoras para vidas e meios de subsistência globalmente. Quanto mais tempo passamos acima de 1,5 °C, mais perigoso é para os ecossistemas que sustentam a civilização humana e a biodiversidade.

Ainda assim, ultrapassar o limite de 1,5 °C em um único ano não deve ser visto como uma falha no combate à crise climática de forma mais ampla.[5] A comunidade global já alcançou progresso significativo na ação climática. Essencialmente, como resultado da adoção

1. Acordo de Paris, Artigo 4, parágrafo 3.
2. Decisão 1/CMA.3, parágrafo 35; Decisão 1/CMA.5, parágrafo 40.
3. Decisão 1/CMA.3, parágrafo 29.
4. Decisão 1/CMA.5, parágrafos 28 e 37.
5. Como o aquecimento é medido ao longo de um período de 20 anos, ultrapassar 1,5 °C em um único ano não significa que a meta do Acordo de Paris foi excedida permanentemente.

de uma nova política e de um aumento constante na ambição, as projeções atuais de temperatura das políticas diminuíram de um cenário de aquecimento catastrófico de 4 °C (7,2 °F) há 15 anos para aproximadamente 2,7 °C (4,9 °F) hoje. Desde o último ciclo de NDC em 2020, 60 metas nacionais para emissões líquidas zero foram estabelecidas, as LTS agora cobrem mais de 74% das emissões globais e o investimento relacionado ao clima excedeu o investimento em combustível fóssil. Além disso, há uma crescente compreensão de que os países podem se beneficiar significativamente das políticas climáticas ambiciosas, tanto em termos de perdas evitadas quanto de oportunidades de crescimento econômico. Novas NDCs enviadas em 2025 sem dúvida representarão o progresso; no entanto, com toda a probabilidade, elas ainda ficarão aquém do que é necessário para atingir as metas do Acordo de Paris.

Entretanto, o Acordo de Paris incorpora uma estrutura jurídica duradoura para a ambição coletiva, mesmo no caso da ultrapassagem da meta - e 1,5 °C continua a ser a melhor referência global para o limite de aumento da temperatura. Embora a janela para limitar o aquecimento a menos de 1,5 °C ainda esteja aberta, ela está se fechando rapidamente na ausência de reduções drásticas de emissões a curto prazo. Isso ressalta a importância do pensamento sistêmico de longo prazo e da aceleração da implementação da transição para emissões líquidas zero, bem como das soluções comprovadas para o clima. Criticamente, todas as fontes de finanças precisam ser implementadas urgentemente, em escala e trabalhando como um sistema, para permitir uma transformação rápida e coordenada em todos os setores da economia. Neste contexto, as LTS podem desempenhar uma função fundamental como uma importante ferramenta para catalisar o financiamento e a implementação necessários para minimizar o aumento da temperatura global.

Conectando ambição e ação: a função crítica das LTS na COP30 e além

Denominada pela Presidência brasileira da COP e pela comunidade climática em geral como a "COP da Implementação", a COP30 deve traduzir os compromissos em ação e preparar o terreno para uma implementação acelerada e aprimorada, embora as metas coletivas de NDC ainda possam ficar aquém. Isso requer um compromisso claro de criar as condições necessárias para alinhar a implementação da NDC com a meta de 1,5 °C para oferecer uma transição global justa, incluindo o aprimoramento da cooperação internacional. Desde Paris,[6] os países têm sido incentivados a apresentar estratégias climáticas de longo prazo, um apelo reiterado em Glasgow[7] e Dubai.[8] A COP30 deve reacender esse esforço, tratando as estratégias de longo prazo não como meros documentos formais, mas como instrumentos catalisadores para integrar e entregar ação política real.

Nesse contexto, as LTS fornecem uma estrutura vital para os países integrarem a meta global de 1,5 °C em uma visão nacional de longo prazo, alinharem a ambição de clima e desenvolvimento, estruturarem a cooperação de forma mais eficaz e identificarem as necessidades de recursos financeiros e de tecnologia. O valor das LTS em nível nacional está não apenas na definição de metas de redução de emissões, mas na construção de uma visão abrangente para um futuro de emissões líquidas zero por meio de uma estrutura de planejamento coerente e vias de transição setorial. Elas devem avançar as prioridades climáticas, sociais e econômicas e incluir referências para ação de curto prazo.

As LTS ajudam a unir formuladores de políticas e partes interessadas nacionais representando diferentes setores, ministérios e áreas em torno de uma visão comum para o desenvolvimento de baixa emissão e resiliência climática. Também podem fortalecer as estruturas institucionais para implementação por meio de estruturas legais, ou o estabelecimento de conselhos climáticos e órgãos de coordenação intergovernamentais, que são essenciais para a implementação avançada. Por fim, as LTS ajudam a identificar onde a cooperação e o apoio internacionais são necessários para facilitar transições econômicas nacionais ambiciosas.

Como roteiros orientados para o futuro, as LTS são ferramentas poderosas para alinhar ações de curto prazo com metas de longo prazo, tornando-os fundamentais para transformar compromissos em progresso real. Como tal, o processo de desenvolver uma LTS é tão importante quanto o resultado. Muitos países usam o esforço para levantar questões críticas sobre a transformação econômica, transição justa e a resiliência à mudança climática, envolvendo diversas partes interessadas e agentes em toda a sociedade, incluindo grupos vulneráveis. Dessa forma, as LTS ajudam a conectar a tomada de decisão hoje com as metas do amanhã, enviando sinais claros aos investidores e outras partes interessadas econômicas e financeiras.

Ao esclarecer prioridades de ação que integram objetivos socioeconômicos e climáticos, as LTS ajudam os países a definir políticas e pacotes de investimento coerentes. Isso proporciona uma base sólida para a cooperação com parceiros internacionais e para o alinhamento de recursos globais com prioridades conduzidas pelo país. Neste contexto, as LTS fornecem a base para vincular objetivos de longo prazo com financiamento e implementação coordenados que avançam a meta de 1,5 °C e fortalecem a resiliência, inclusive por meio de mecanismos como as plataformas nacionais, como destacado no roteiro de Baku a Belém. Consequentemente, o Roteiro deve visar estabelecer instrumentos que possam sustentar transições de longo prazo e reforçar a implementação de NDCs, Planos Nacionais de Adaptação (National Adaptation Plans, NAPs) e LTS. Promover esta pauta na COP30 será fundamental para garantir que a cooperação e o financiamento internacionais apoiem de forma eficaz as trajetórias dos países rumo ao desenvolvimento resiliente de emissões líquidas zero.

6. Acordo de Paris, Artigo 4, parágrafo 19.
7. Decisão 1/CMA.3, parágrafos 25 e 33.
8. Decisão 1/CMA.5, parágrafo 42.

Recomendações

Em vista disso, o consórcio "2050 é Agora" recomenda que a COP30 promova as LTS (por exemplo, em uma cover decision) ao:

- Reconhecer o progresso que muitos países fizeram em suas LTS e receber novas submissões e revisões das LTS, enquanto incentiva as Partes a avançarem continuamente nos processos de planejamento de longo prazo.
- Incentivar as partes a enviarem ou atualizarem as LTS[9] em relação a transições justas para emissões líquidas zero até a COP31 para serem consideradas no segundo Balanço Global, considerando a Meta Global de Adaptação (Global Goal on Adaptation) e o Resultado do primeiro Balanço Global (Outcome of the first Global Stocktake).
- Solicitar que o Secretariado da UNFCCC prepare um terceiro Relatório de Síntese de LTS até a COP31. Isso deve avaliar a eficácia das LTS em moldar a ação de curto prazo nacionalmente, nas organizações internacionais e na comunidade financeira. Também deve capturar lições e experiências sobre como as LTS ajudaram a fortalecer a implementação nos países, incluindo transições justas.
- Enfatizar a função das LTS em apoiar o planejamento de transição nacional justa para alcançar emissões líquidas zero e, por extensão, a implementação do Programa de Trabalho por uma Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos.
- Incentivar as partes a integrarem a visão de longo prazo, metas e vias de redução de emissões de GEE emergentes das LTS para o planejamento de desenvolvimento e processos de implementação nacionais.
- Incentivar as partes a demonstrarem como suas NDCs se alinham com as LTS e as metas de longo prazo, particularmente transições justas para emissões líquidas zero no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.
- Incentivar as partes a explorar caminhos para mais ambição, inclusive por meio da transformação do sistema energético e da redução gradual das emissões do uso de combustível fóssil, em consonância com transições justas e metas de longo prazo de emissões líquidas zero. Isso pode ser compartilhado por meio de NDCs[10], comunicações nacionais e mecanismos de revisão existentes (como a consideração multilateral facilitadora do progresso), bem como em futuros diálogos sobre ambição.
- Solicitar que as partes usem os processos de desenvolvimento das LTS para identificar os desafios e barreiras, as condições habilitadoras globais e a cooperação internacional específica necessária para apoiar a implementação de acordo com as metas de longo prazo.

9. Conforme incentivado em 1/CMA5.
10. Por exemplo, comunicado como parte das informações de clareza, transparência e compreensão, especificamente, como a contribuição determinada nacionalmente contribui para o Artigo 2, parágrafo 1(a) e Artigo 4, parágrafo 1 do Acordo de Paris.

Para obter mais informações, entre em contato com Miriam Garcia pelo e-mail miriam.garcia@wri.org. Para saber mais sobre o consórcio 2050 é Agora, visite o site da International Climate Initiative (IKI).

Parceiros do Consórcio

IDDRI SUSTAINABLE DEVELOPMENT & INTERNATIONAL RELATIONS

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK A GLOBAL INITIATIVE FOR THE UNITED NATIONS

2050 PATHWAYS PLATFORM

FB FUNDACIÓN BARILOCHE

WORLD RESOURCES INSTITUTE

Financiador

Supported by:

Federal Ministry for Economic Affairs and Climate Action

Federal Foreign Office

on the basis of a decision by the German Bundestag

IKI INTERNATIONAL CLIMATE INITIATIVE